

# Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)\*

Alexandre Firmo dos  
Santos\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1289-314

**Resumo:** Neste artigo, analisa-se os impasses desencadeados por assuntos políticos e religiosos durante as dietas convocadas pelos príncipes germânicos, no período compreendido entre 1517 a 1530, dentro do processo histórico da Reforma Protestante. Para alcançar este objetivo, observaram-se as seguintes referências: González (1995), Durant (2002), Lindberg (2017) e Marshall (2017). Nesta revisão historiográfica foram analisadas as tratativas e as decisões tomadas nas assembleias, partindo-se da publicação das 95 teses de Martinho Lutero até a realização da dieta Augsburgo. Conclui-se que o propósito originário de Lutero era resgatar o Evangelho, contudo, no decorrer do processo reformador, interesses políticos aglutinaram-se aos religiosos, mesmo que, por vezes, fossem excludentes entre si.

**Palavras-chave:** Impasses; Reforma Protestante; Dietas.

\* Agradeço ao professor Luis Eduardo Pina Lima (DHI/UFS) por ter me orientado com destreza, possibilitando, desta maneira, a publicação deste artigo.

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail para contato: alexandre.firmo98@outlook.com.

## Introdução

As 95 teses constituem um documento de vital importância para o desenvolvimento da Reforma Protestante durante o século XVI. Escritas por Martinho Lutero (1483-1546) no ano de 1517, este manuscrito estabeleceu alguns indícios daquilo que, posteriormente, seria a doutrina luterana; além do mais, é considerado um marco inicial deste movimento religioso, no qual, desde o princípio, suscitou-se um misto de críticas e elogios. Porém, por detrás dos discursos haviam distintos interesses envolvidos.<sup>1</sup>

Tais discursos engendraram decisões e posturas que serviriam de “sustentáculos” para as dissensões vindouras. Devido à repercussão dos ideais de Lutero neste documento, ele acabaria sendo convocado a uma assembleia em Worms (1521), na qual se recusaria a abjurar do seu pensamento, o que resultou na sua excomunhão, visto que, a partir daquela data, encontrar-se-ia na condição de herege.

Além do mais, surgiram interessados em levar as proposituras luteranas adiante, mas os que optaram por esta posição, estavam cientes do tamanho do problema no qual se envolveram. Para tanto, foram convocadas outras duas dietas, desta feita em Speyer, nos anos de 1526 e 1529, respectivamente. Ambas as convenções foram realizadas em um espaço de tempo considerável. De fato, essas assembleias aconteceram na mesma localidade, mas suas resoluções foram totalmente opostas, implicando em impasses políticos que se estabeleceram ao final de cada uma delas. Diante disso, tornava-se necessário “refazer” os acordos entre os

---

<sup>1</sup> Estes interesses representavam uma coletividade como é o caso daqueles que “apoiavam” Lutero em detrimento dos católicos que tinham o seu respaldo na figura de um imperador que na época em que “ecloidiu” a Reforma “professava” a mesma fé. Conforme Marshall (2017), as autoridades eram responsáveis por adotar ou não a Reforma, para tanto, tem-se aquilo que o autor denomina de “cálculo político” que foi realizado primeiramente por pequenos príncipes, para somente depois, os monarcas nacionais decidirem os seus posicionamentos a partir de suas pretensões.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

grupos que, a esta altura da Reforma, já se digladiavam ferozmente, cabendo ao imperador Carlos V (1500-1558) a incumbência de apresentar soluções que apaziguassem os ânimos das partes envolvidas. Assim sendo, surge a dieta de Augsburgo (1530), na qual se estabeleceram algumas garantias aos luteranos, como, por exemplo, a apresentação de uma confissão.

Eis então o objeto de estudo deste artigo, qual seja: os impasses envolvendo assuntos políticos e religiosos durante o processo da Reforma Protestante. Desse modo, as dietas que foram analisadas neste trabalho apresentam particularidades que coadunam com o desenrolar do referido movimento religioso. Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: Como se configuram os impasses entre política e religião, no contexto das dietas que foram convocadas pelos príncipes germânicos, a partir da proclamação das 95 teses de Lutero?

### O percurso até o consenso religioso

As dietas<sup>2</sup> foram assembleias nas quais os participantes levantavam questões de ordens diversas – nelas podiam ser abordadas quaisquer pautas – dependendo das demandas dos pedintes. Tais convocações eram mediadas por governantes (locais ou não) objetivando dirimir as problemáticas apresentadas. Ao final de cada dieta, em tese, existia uma resolução entre as partes envolvidas. A partir do acordo firmado, as deliberações eram colocadas em prática.

---

<sup>2</sup> Também são conhecidas como Dieta Imperial que, por sua vez, compõem o *Reichstag* – este era uma espécie de espaço em que ordenava-se as atividades da política imperial praticada conjuntamente com os Príncipes Eleitores na deliberação de decisões sobre conflitos e outros assuntos que precisassem ser solucionadas (WILSON, 2016).

Diante disso, destaca-se que este tópico versa sobre a trajetória dessas assembleias até chegarmos à Dieta de Augsburgo (1530). Pois, muitos acontecimentos que antecederam a referida assembleia, repercutiram nos desdobramentos da Reforma Protestante.

Inicialmente, torna-se necessário explicar o uso da expressão “consenso religioso”, esboçada no título deste tópico. Essa escolha se fez necessária devido ao fato dos protestantes terem apresentado uma declaração de fé diante do imperador Carlos V (1500-1558), com o intuito de solucionar a questão doutrinária, pois se almejava alcançar um consenso ou acordo entre as partes envolvidas. O objetivo proposto não era tão simples, pois o imperador não operava sozinho, era-lhe necessário lidar com outras autoridades que, por conseguinte, tinham suas próprias aspirações – algumas delas preocupavam-no, visto que a administração deste soberano foi marcada por conflitos de diferentes ordens. Como pode ser observado, na seguinte afirmação:

Dentro da Alemanha, havia um obstáculo político considerável à expansão da Reforma: o Sacro Imperador Romano Carlos V. Ele se via como o principal defensor da cristandade católica contra seus inimigos. O problema era que esses inimigos vinham de todas as direções. A pirataria da África do Norte assombrava o Mediterrâneo ocidental, enquanto no Oriente as forças do Império Otomano turco pareciam avançar incansáveis [...] (MARSHALL, 2017, s/p).

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Desde sua eleição, em 1519, o imperador Carlos V <sup>3</sup> teve que provar ser capaz de gerir tais problemas. Mais do que essas adversidades, o monarca teve que lidar com a desconfiança do próprio papa, salvo em algumas ocasiões, em que foram firmados acordos, quando o propósito lhes interessava. Mesmo diante de um cenário intimidador, o imperador recém-eleito precisava mostrar serviço, principalmente para aqueles príncipes eleitores que lhe confiaram um império grandioso. Portanto, percebe-se o desenvolvimento de uma relação fundamentada em interesses recíprocos, entre o imperador e os príncipes eleitores, pois o Sacro Império Romano-Germânico era, essencialmente, fragmentado politicamente; isto é, havia regiões autônomas governadas mediante os costumes locais.

Neste mesmo ano de 1519, realizou-se um evento importante na cidade de Leipzig. Pautava-se ali um debate como consequência do episódio da publicação das 95 teses, em que Lutero deveria defender-se contra os seus acusadores. Conforme declara Rops (1996, p. 289): “A disputa de Leipzig marcava, pois, um grave endurecimento na evolução do seu modo de pensar”. Isso repercutiu nos anos subsequentes, principalmente, nas dietas convocadas para tratar, ao que tudo indica, de assuntos religiosos. Sobre os ensinamentos luteranos, Rops (1996) declara que:

As idéias de Lutero tinham, portanto, o apoio conjunto dos intelectuais e dos políticos; mas beneficiavam ainda de muitos outros meios de irradiação, mais obscuros. Espalhavam-se de mil maneiras, uma vez que eram semeadas num terreno extremamente apto para as receber. Aqui, era um vendedor

---

<sup>3</sup> Sua eleição foi um “jogo político” bem orquestrado, segundo a qual as proposituras dos príncipes germânicos, sobretudo, daqueles que eram eleitores estavam antagonizadas perante a Reforma. “Em janeiro de 1519, morreu o imperador Maximiliano. O sucessor óbvio era seu neto Carlos. Mas, numa sucessão de felizes acasos dinásticos [...]. O título imperial coroaria uma inédita condição de superpotência, [...]. Durante algum tempo, os sete eleitores imperiais gozaram de enorme poder” (MARSHALL, 2017, s/p).

ambulante que, ao acaso de uma conversa, percebia a inquietação religiosa do seu interlocutor e lhe deixava sobre a mesa uma brochura luterana. Acolá, era um orador, talvez um frade mendicante, que, sem ser contraditado, pregava a justificação pela fé e a exclusiva autoridade da Bíblia. Noutra escola, era um mestre que, tendo lido algum escrito procedente de Wittenberg, ensinava aos seus alunos que todo o cristão é o seu único padre. No fundo das suas lojas, os livreiros vendiam as obras proibidas e a imprensa multiplicava os sarcasmos e vulgarizava os argumentos (ROPS, 1996, p. 297).

A Dieta de Worms (1521) configurava o contexto sociopolítico, no qual se encontrava a Alemanha da primeira metade do século XVI; pois Carlos V, uma vez eleito, decide julgar a “causa Lutero” como uma forma de extirpar as desconfianças da ala católica para com sua pessoa – ele era católico e pretendia sagrar-se o responsável ao combater o perigo que ameaçava a cristandade. “Em termos de responsabilidade imperial, entendia-se que um herege banido do império seria expulso automaticamente da Igreja” (LINDBERG, 2017, p. 264); isso porque Lutero e os seus escritos foram considerados heréticos, mediante uma condenação emitida pelo papa Leão X (1478-1521) que o condenou à excomunhão por ter queimado a bula papal – tal atitude foi interpretada como um descaso para com a autoridade do pontífice.

Nenhum alemão podia ser proscrito sem que tivesse passado por um tribunal secular. Assim sendo, Lutero precisou encarar uma assembleia a fim de se retratar, desta feita diante da presença de Carlos V e dos representantes dos principados eleitorais. Este caso “[...] entrou no meio das lutas políticas contemporâneas entre o imperador e os Estados: seu resultado mediria o índice de força e fraqueza do imperador em relação aos príncipes” (LINDBERG, 2017, p. 264). O imperador não poderia se indispor com quem o colocou no trono, mas também não poderia deixar de sancionar a punição para Lutero sem antes avaliar as consequências do seu ato

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

perante os espectadores da convenção de 1521 – ou melhor, Carlos V precisava reforçar aquilo que o papa já tinha estabelecido em 1517.

Uma vez proscrito, Lutero estava exposto aos possíveis atentados contra sua vida, já que quando alguém era considerado herege, podia ser morto sem que ao assassino fosse imputada pena alguma. Para tanto, foi imprescindível a ação de Frederico, o Sábio – príncipe da Saxônia Eleitoral –, que acolheu Lutero no castelo de Wartburg, tendo em conta a representatividade de tal ato, diante dos interesses políticos que parte da nobreza detinha.

Muito embora, a real intenção de Frederico fosse assegurar o cargo que Lutero ocupava como prestigiado professor de teologia da universidade em Wittenberg. Vale ressaltar, que este ato de acolhimento do monge agostiniano foi parte de uma estratégia. Como declara Rops (1996, p. 293), “[...] o imperador mandou-o sair de Worms o mais depressa possível [...]. Mas quem executaria o decreto? Deveria ser o seu príncipe [...] que não tinha grande vontade de fazê-lo. Era preciso encontrar um estratagema”. Constata-se, portanto, que os interesses de Frederico não eram os mesmos dos seus pares, pois o referido príncipe nutria uma forte admiração por Lutero.

Após esta condenação, Lutero foi “sequestrado” para o seu próprio bem, passando cerca de oito meses no castelo de Wartburg sob os cuidados do príncipe da Saxônia Eleitoral. Estando recluso por um grande período, Lutero teve tempo considerável para refletir sobre os seus propósitos (MCGRATH, 2014). Sustentado nesta mesma linha de raciocínio, McGrath (2014) entende que a Reforma aconteceu

depois da condenação de Lutero na dieta de Worms em 1521; ou seja, para este teórico, o ano de 1522 foi, de fato, o início do movimento religioso.

Em contrapartida a este último entendimento, Lindberg (2017) e Marshall (2017), uns dos mais conceituados estudiosos do tema, discordam quanto ao motivo que instauraria a Reforma Protestante, neste caso, referem-se à afixação das 95 teses na porta da catedral de Wittenberg como também em se tratando da efeméride do referido movimento religioso, ou seja, não foi em 1522 como assevera McGrath (2014), mas em 1517. Diante de tudo isso, constata-se que as assembleias convocadas surtiam efeito na Reforma que estava em andamento.

A ação de Frederico era um ato arriscado, contudo fazia parte do jogo político, o qual era conveniente a um grupo de nobres, que viam nos escritos de Lutero potenciais interesses nobiliárquicos. É bem verdade que ele não tinha a intenção de angariar motins e insurreições – como o que aconteceu em meados da década de 1520, tampouco controlar os interesses alheios calcados em seus escritos como aponta Peter Marshall (2017, s/p), ao afirmar que “[...] talvez não seja tanto uma questão de terem entendido mau o que dizia Lutero, e sim de que os vários grupos da sociedade germânica tenham selecionado entre sua doutrina aquilo que fazia sentido para eles, aplicando a suas queixas e reivindicações”.

Outra assembleia é convocada em Speyer ou Spira, sendo dividida em dois momentos, nos anos de 1526 e 1529, respectivamente. Para esclarecer a importância destes acontecimentos para a Reforma Protestante, se faz necessária a interpretação de Lindberg (2017), que classifica esta convenção como uma “era de mudanças”, sobretudo, no aspecto religioso. Sendo assim, alguns personagens deste enredo acabaram “trocando” de lado ao final da Dieta de Worms (1521), formando-se grupos

## **Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)**

ou alas opostas em suas pretensões. Esse processo trouxe sérios conflitos que não se limitavam unicamente ao campo religioso, uma vez que envolviam diferentes interesses, que, por vezes, entravam em confronto, devido às disparidades entre eles.

Por vezes, também, as desavenças inflamavam as camadas sociais, como no caso da Guerra dos Camponeses (1524-1526). Além disso, o temor da nobreza era inegável. As proporções deste episódio forçaram à construção de uma “[...] visão partilhada pelos príncipes alemães católicos, que preferiam um governo estável na mão dos hereges em vez da anarquia desencadeada pela Guerra dos Camponeses” (MARSHALL, 2017, s/p). Esta mesma perspectiva ganha forças com Lindberg (2017), para o qual os príncipes católicos acreditavam na influência das ideias luteranas e do seu movimento religioso sobre a insurreição protagonizada por trabalhadores ligados ao campesinato. A propósito, este acontecimento foi um prenúncio de que era necessário tomar providências para evitar outros conflitos semelhantes.

Dentre as providências tomadas pelos católicos está a formação de uma aliança entre os governantes do norte da Alemanha, com destaque para Jorge da Saxônia Ducal e Alberto de Mainz e Magdeburgo, que, ao entrarem no pacto mútuo, levaram adiante os interesses provenientes da ortodoxia, além das suas intenções políticas. “No mesmo ano, a Dieta de Spira mostrou aos protestantes a necessidade de uma aliança contra os seus adversários. Para tanto, era necessário que resolvessem algumas diferenças doutrinárias” (MATOS, 2011, p. 9). Liderados por Felipe de Hesse, os evangélicos se organizaram em torno desta causa, que não era apenas religiosa, mas também política, assim como os interesses da aliança católica – é necessário não perdermos de vista que estes impulsos se fizeram presentes nas dietas de Speyer

(1526 e 1529) e a de Augsburgo (1530); além disso, as resoluções destas convenções desencadearam outros importantes conflitos bélicos entre protestantes e católicos.

A assembleia de 1526 forneceu diretrizes próprias em se tratando da liberdade de legislar sobre assuntos religiosos, bem como “entregou” nas mãos dos príncipes, mesmo que provisoriamente, o poder de regulamentar as cidades autônomas sob a jurisdição local (MARSHALL, 2017). Com efeito, Justo González (1995, p. 85) assevera que, neste primeiro momento da assembleia, “[...] devido às novas circunstâncias, o edito de Worms não era válido, e que, portanto, cada estado tinha liberdade de seguir o curso religioso que sua consciência ditasse. A partir daí, a Alemanha foi transformada num mosaico religioso”. Embora estes dois autores tenham dito quase a mesma coisa, González (1995) nos traz importantes aspectos que expõem a configuração política após a convenção de Speyer, em 1526.

O Colóquio de Marburgo (1529) é mais um evento no qual foram expostas as diferenças entre aqueles que pretendiam deixá-las de lado, a fim de alcançar um propósito em comum. Neste mesmo ano ocorreria a segunda dieta em Speyer. Trata-se de um momento na história da Reforma que possibilitou aos protestantes a oportunidade de entrarem em consenso teológico, antes da assembleia de 1529. Os reformadores Zuínglio e Lutero protagonizaram uma disputa de interpretações sobre as Escrituras, de maneira que, dentre as teses propostas para o debate, apenas uma não alcançou entendimento entre as partes. A única tese da qual não se obteve concordância, referia-se à Ceia do Senhor. Sobre isso, Lindberg (2017, p. 223) declara que “[...] é uma ironia trágica o fato de a Ceia do Senhor, sacramento da unidade cristã, ter sido usada em vários períodos da história do cristianismo como meio de divisão em vez de união entre os cristãos”.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Esperava-se que aquilo que ficou acordado na dieta de 1526 não fosse modificado. Porém, nos anos seguintes, as autoridades eclesiásticas ao perceberem que surgiam inúmeras seitas e heresias, tornou-se de vital importância impedir a proliferação desses anátemas. E como tal atitude urgia celeridade a fim de conter estes avanços, para isso, era necessário impedir as ideias luteranas que deram causa aos impasses que, conforme os teólogos indicados pela Igreja, essa medida é com base na resolução obtida em Worms quando Lutero e os seus escritos foram condenados por propagar heresias.

Para tanto, reestabeleceu-se o Édito de Worms (1521). Contudo, isso trouxe descontentamento para uns e, para outros, a possibilidade de vislumbrar o reforço da antiga fé (LINDBERG, 2017). Diante desse contexto, surgiu o termo “protestante”, resultado do impasse político-religioso que se instaurou a partir do “regresso” à dieta de 1529, que beneficiava o lado católico do conflito. Entretanto, os luteranos, sentindo-se lesados por este ato, revidaram com um *protestatio*, ou seja, um protesto.<sup>4</sup>

### Cercados por todos os lados: o jogo político nas assembleias germânicas

As dietas supracitadas exerceram ações decisivas na história da Reforma Protestante, mas foram as disputas políticas que deram contornos importantes para o contexto, colocando os assuntos religiosos em segundo plano; visto que as

---

<sup>4</sup> Para Georg Schwikart (2001), a dieta de Espira – ocorrida em 1529 –, foi preponderante não apenas no surgimento do termo “protestante”, mas também merece destaque o evento que lhe deu causa, isto é, o *protestatio* que opôs os interesses entre os adeptos dos ideais luteranos e os representantes católicos do imperador. Portanto, é deste contexto que podemos compreender a aproximação entre o *protestatio* e o protestantismo, este termo reúne, por sua vez, todas as “modalidades” de Cristianismo oriundo da Reforma Protestante.

dissensões protagonizadas por nobres e reis se pautavam em domínio e *status*. Constatase, porém, que a religiosidade ocupava um lugar importante nos assuntos tratados nas assembleias, contudo não obliterava o anseio por conquista, sobretudo, de poder.

Para Perry Anderson (2004, p. 237-238), os príncipes germânicos foram ganhando notoriedade de maneira gradativa, pois “[...] a derrota das cidades assegurou a supremacia da nobreza à custa da dinastia [...]. A aristocracia local aumentou rapidamente os seus domínios [...]”. Assim sendo, “[...] um enraizado sistema de Estados, sob o domínio da nobreza, vetou o desenvolvimento de um exército permanente e, virtualmente, de qualquer política externa” (ANDERSON, 2004, p. 238). Percebe-se, portanto, a extensão da influência dos príncipes eleitores germânicos, que não se resumia apenas a eleições de monarcas, mas, sobretudo, não toleravam imposições de quem quer que fosse; exercendo, desta maneira, sua jurisdição sobre o território governado. Desse modo, Carlos V tinha que saber jogar as “cartas” certas diante de um emaranhado de pretensões.

Os pequenos Estados territoriais da Alemanha ocidental, distinguiam-se, em particular, por um notável contingente de principados eclesiásticos. Dos quatro eleitores ocidentais do império, três eram arcebispos – Colônia, Mogúncia e Treviso. Estes curiosos fósseis políticos datavam do início da época feudal, quando os imperadores saxões e suábios tinham usado o aparelho eclesiástico como um de seus principais instrumentos de dominação regional (ANDERSON, 2004, p. 251).

Sabe-se que a relação da Igreja com os principados alemães é muito antiga, contudo, não se pode generalizar, pois quando a nobreza tomou conhecimento das ideias luteranas, projetou-se um imaginário repleto de possibilidades que favoreciam, sobretudo, os objetivos deste estamento dominante. Nesse sentido, a Reforma ganhou entusiastas que a favoreceram enquanto movimento religioso, pois a

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

proposta era impedir que as demandas externas interferissem nos assuntos dos territórios germânicos. Desse modo, os príncipes eleitores faziam valer a sua autonomia, perante as ofensivas daqueles que insistiam em influir nas suas questões internas.

A ambição de alguns príncipes germânicos projetou a religião como um instrumento de controle, misturando, dessa forma, demandas políticas com assuntos religiosos. Tal constatação leva-nos a questionar sobre a real causa da convocação das dietas supracitadas. Como afirma Lindberg (2017, p. 264): “Até que mais pesquisas joguem luz sobre esses governantes, é difícil generalizar a respeito de sua intenção. Não podemos negar que convicções de fé tiveram papel importante em sua decisão [...]”. Este mesmo autor complementa o referido pensamento, destacando que não se podia negar o uso político das ideias de Lutero, pois ele era uma peça importante no tabuleiro do “xadrez político”.

Após a dieta de Worms, em 1521, aprofunda-se a separação entre as alas religiosas, não propriamente por motivos espirituais, mas, principalmente, por políticos. Para Justo González (1995, p. 85), “[...] na dieta de Worms, o Imperador não tinha desejado ouvir sobre o que tratava o debate”, em razão disso ele esperava que Lutero abjurasse de tudo o quanto havia dito. Porém, um misto de emoções tomou os participantes desta convenção, pois uma parcela dos príncipes era afeiçoada ao monge agostiniano, ou pelo menos com suas ideias, enquanto a outra era avessa ao luteranismo e, conseqüentemente, defendia o catolicismo.

Enganam-se aqueles que acreditam no fato de que os católicos eram partidários das inclinações pessoais de cada um dos membros do seu grupo, pois eles

somente compactuavam com a causa do fortalecimento da ortodoxia vigente ou qualquer outro aspecto doutrinário (GONZÁLEZ, 1995; ROPS, 1996). Mesmo que o individualismo e a ambição fossem peculiaridades dos príncipes germânicos, tanto dos de tendência católica quanto protestante. Um exemplo destas disputas, que iam além dos interesses religiosos, era a perene e conflituosa relação entre Francisco I e Carlos V.

Lindberg (2017, p. 265) afirma que “Francisco I, rei da França, escapara de seu cativeiro depois da batalha de Pavia, unindo-se ao Papa Clemente VII para guerrear contra Carlos [...]”, ambos eram católicos, mas tinham alguns atritos antigos, no que se refere, principalmente, à convocação de um concílio nacional. Aparentemente marcar um concílio não seria um motivo para desentendimentos, no entanto, o problema residia nos moldes de como ele seria convocado.

Nesse sentido, na primeira dieta de Speyer de 1526, houve uma mudança considerável na configuração do cenário político-religioso da Alemanha, em que as autoridades evangélicas passaram a implementar o *jus reformandi*, “um direito à Reforma”. Ou seja, mais do que pôr em prática as ideias reformadoras, os príncipes queriam controlar a Reforma (LINDBERG, 2017). Diante disso, os católicos reconquistaram os espaços perdidos e, conseqüentemente, restauraram seu prestígio, como aconteceu na segunda dieta de Speyer de 1529, quando os católicos revalidaram a aplicação do Édito de Worms, reforçando o documento contra os luteranos, que se sustentavam na convenção anterior, isto é, a de 1526.

Percebendo que o impasse político havia se instaurado, Carlos V precisava encontrar uma maneira de contorná-lo, pois “[...] estava disposto a arrancar pela raiz a ‘heresia’ luterana. Porém ele se via ameaçado por outros inimigos mais poderosos.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

No meio de tais circunstâncias, o Imperador não poderia permitir-se ao luxo de molestar seus súditos alemães [...]” (GONZÁLEZ, 1995, p. 78), mesmo sendo ele partidário da ala católica, precisava encontrar um ponto de equilíbrio, visto que era de vital importância estar preparado para se defender de qualquer ataque, independente de onde viesse a investida, pois se encontrava cercado por todos os lados.

Quando Francisco I pediu à Confederação Suíça soldados para as suas guerras contra Carlos V, todas as regiões cederam, porém Zurich se negou, seguindo o conselho de seu pregador. Pouco depois os legados do papa, que era aliado de Francisco I, prevaleceram sobre o governo de Zurich, mostrando que existiam tratados que o obrigavam a proporcionar-lhes soldados. Isto fez que a partir daí boa parte dos ataques de Zwínglio, antes dirigidos de maneira impessoal contra as superstições, se transferissem mais diretamente contra o papa (GONZÁLEZ, 1995, pp. 90-91).

Percebe-se, portanto, que Carlos V e Francisco I protagonizaram a disputa pelo poder no contexto das dietas, pois o primeiro defendia os interesses da Igreja Romana, tentando impor as suas propostas altissonantes; enquanto, o segundo mostrava-se propenso a defender as demandas dos príncipes germânicos. No entanto, Carlos V não podia perder de vista o apoio dos súditos, pois era “[...] obrigado a tratar com cuidado os príncipes seus eleitores e os grandes capitalistas, fornecedores de fundos para a sua elevação ao trono” (ROPS, 1996, p. 281).

No que pese estes enfrentamentos, não se pode afirmar, com clareza, se as decisões tomadas por eles se limitavam aos assuntos políticos ou religiosos, uma vez que ambos agiam conforme a necessidade<sup>5</sup>; sobretudo, Francisco I. Como assevera

---

<sup>5</sup> A ideia exposta neste trecho é demonstrar como as ações dos referidos monarcas ora era de cunho político ora tinha caráter religioso, pois as decisões dependeriam da necessidade do momento. No caso dos “protestantes”, era conveniente que se “unissem” contra a reação do imperador, para tanto,

Durant (2002, p. 422), “[...] a disposição de espírito do rei variava com as mudanças de sua diplomacia”. De fato, era a possibilidade de tirar proveito da situação que os movia, visto que estes soberanos construíaam os seus acordos e os concretizavam através das dietas, exercendo influência, não apenas no limite dos seus principados, mas, inclusive, em regiões adjacentes, como a França.

Como exemplo de tal amplitude, podemos citar o caso no qual, alguns anos após a dieta de Augsburg (1530), Francisco I ficou revoltado com o apoio do papa Clemente VII ao seu maior adversário, Carlos V, o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, quando o Pontífice permitiu que um pregador protestante difundisse ideais luteranos no Louvre (DURANT, 2002).

Entender estes conflitos é de fundamental importância para adentrarmos no enredo das dietas convocadas pelos príncipes germânicos; mesmo porque, Carlos V e Francisco I não eram governantes quaisquer. Eles representavam os interesses de famílias influentes na Europa – os Habsburgos e os Valois - nesta mesma ordem. Isto explica as disputas entre eles que, por sinal, são mais antigas ainda, ou seja, não se limitavam ao contexto das convenções de 1521 a 1530, pois “a Carlos e Francisco nunca faltaram razões para se manterem hostis” (DURANT, 2002, p. 425). Corroborando com esta mesma linha de pensamento, Durant, ao falar de Francisco I, afirma que:

Com a idade de 12 anos (1506), ficou noivo de Cláudia de França, filha de Luís XII, então com sete anos. Ela havia sido prometida ao jovem que seria depois imperador Carlos V; quebrara-se o contrato para evitar que a França ficasse subjugada à Espanha; foi esse um item, em um sem-número de irritações, que estimulou os conflitos dos Habsburgos e Valois desde a mocidade até à morte (DURANT, 2002, p. 411)

---

criaram conjuntamente uma “aliança”. No entanto, apesar dos “protestantes” partilharem o mesmo nome nem todos partilhavam a mesma plataforma (MARSHALL, 2017).

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

As disputas sempre foram constantes entre as referidas casas dinásticas, pois tudo quanto faziam era em função de se sobrepor uma à outra; visto que os Habsburgos, patronos da monarquia espanhola, detinham uma grande influência na Europa, por conta dos pactos políticos firmados nos casamentos, sem contar a rivalidade econômica proveniente da posse de colônias no Novo Mundo, suficiente para promover o fortalecimento desta dinastia, ao ponto de provocar a cobiça de incontáveis inimigos.

Já não se pode dizer o mesmo a respeito da casa dos Valois, uma vez que a França não era possuidora de um forte império ultramarino e, tampouco, lidava com problemas internos provocados, por exemplo, pela fusão de reinos diferentes, como no caso da formação do Estado Nacional Espanhol (ANDERSON, 2004).

Cada decisão tomada repercutia no contexto político da época. Enquanto isso, a Reforma Protestante estava em curso, sendo moldada pelas ações das dietas organizadas pelos príncipes germânicos e seus asseclas. Desse modo, no desvelar das condutas dos governantes, percebiam-se as pretensões que sustentavam os discursos. Diante de tal fato, destaca-se que nem o papa se eximiu desta condição supostamente egoísta. Nesse sentido, González (1995, p.79) declara que “[...] Clemente VII, era um homem muito parecido com Leão X, mais interessado na arte e na política italiana que nos assuntos da igreja [...]”, o que, em parte, faz-nos compreender as desavenças existentes entre Carlos V e o pontífice romano.

## Os descaminhos na Dieta de Augsburgo (1530)

A Dieta de Augsburgo foi uma assembleia organizada com a finalidade de, em certa medida, apaziguar os ânimos altivos dos protestantes e dos príncipes que apoiavam a causa reformista. Como afirma Lindberg (2017, p. 267) “[...] o protesto evangélico em Speyer serviu de alerta ao imperador, prontificando-o a agir decisivamente na questão religiosa. A melhoria de sua sorte política deu a Carlos a oportunidade de atuar contra os protestantes”; em outras palavras, o contexto era favorável a uma resolução pacífica, sem desencadear “efeitos” colaterais, tanto para o referido soberano quanto para os demais participantes.

Para analisarmos os desdobramentos da Reforma Protestante no decorrer do século XVI, torna-se necessário compreendermos o documento confessional que foi exigido aos protestantes, ao final desta assembleia. Desse modo, a Confissão de Augsburgo requer um estudo mais aprofundado, em virtude da complexidade que envolveu a sua produção. Como destaca Carter Lindberg (2017), este documento nada mais era do que uma série de rascunhos que foram reunidos semanas antes da assembleia – nele estavam contidos os primeiros indícios da doutrina luterana. Nesse sentido, o principal fator que ainda fomentava as discordâncias entre os protestantes referia-se ao campo da interpretação teológica ou doutrinária.

Nesta convenção de 1530 houve mais de uma resolução, embora algumas delas tenham sido consequências das dietas que a antecederam. É inegável a força-tarefa realizada para o cumprimento dos requisitos propostos pelo imperador, dentre eles, estava a elaboração de uma Confissão de fé, que ficou conhecida pelo nome de Confissão de Augsburgo.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Ao chegar a Augsburg, Melancton soube que Maier havia preparado 404 artigos que condenavam como hereges os escritos dos reformadores e, então, começou a trabalhar imediatamente no material que havia trazido para responder ao ataque. Evangélicos tiveram dificuldade em demonstrar sua catolicidade verdadeira, desmentir ou amenizar assuntos controversos e manter distância de 'hereges' como os anabatistas (LINDBERG, 2017, p. 268).

Os escritos dos reformadores foram colocados à prova, pois os católicos participantes da dieta avaliavam que tais escritos em nada se caracterizam em respaldo no que se refere à unicidade dos apoiadores. Diante deste panorama, se instaurou um temor a Melancton, principal idealizador dos referidos documentos, cuja intenção era buscar unidade – numa espécie de tática diplomática. Porém, logo essa ideia foi rechaçada, pelo fato de que o referido reformador agia mediante a tensão causada pelo contexto que, por sua vez, exigia uma ação mais enérgica (LINDBERG, 2017). Desse modo, qualquer desvio na condução das tratativas poderia colocar a perder uma possibilidade de consenso religioso, pois afetaria também o âmbito político, uma vez que os príncipes germânicos traziam consigo suas pretensões. Mesmo assim, alguns deles foram signatários deste documento, não obstante às implicações de suas decisões e escolhas.

[...] a assinatura dos magistrados demonstrava que a origem e o desenvolvimento da Confissão de Augsburg eram de cunho tanto político quanto religioso. Enquanto teólogos se concentravam no conteúdo de proclamação, magistrados destacavam considerações legais. Era crucial para os príncipes que as reformas implementadas em sua terra fossem entendidas em termos jurídicos. Os príncipes tinham que preservar sua legitimidade como cabeças de Estado do império; por isso, a confissão declara abertamente que não tinha a intenção de se afastar da fé católica nem criar doutrinas novas (LINDBERG, 2017, p. 278).

Provar que o objetivo proposto neste documento não causaria dissidência na fé católica era um desafio enorme, pois os teólogos designados por Carlos V para

analisar o escrito, avaliavam que o conteúdo do mesmo era potencialmente ameaçador à secção. Por conta disso, até os próprios assinantes da confissão sofreram “retaliações”, uma vez que “[...] príncipes católicos não estavam preocupados com o bem-estar de Estados protestantes, mas sim com o aumento no poder do imperador caso os protestantes fossem derrotados” (LINDBERG, 2017, p. 271). Percebe-se, portanto, a deflagração dos distintos interesses daqueles que compareceram à assembleia, inclusive do papa que desejava a manutenção de sua condição de pontífice, não importando as proposituras alheias; para tanto, mostrava-se conivente com a ideia de extinguir os protestantes e suas doutrinas, tidas como heréticas, o que, de certa maneira, aproximava-o da intenção do próprio imperador, embora não pudesse agir deliberadamente.

Na agenda da reunião em Augsburg, o tema teológico não era o mais importante, mas ganhou destaque, pois sinalizava a situação quanto à unidade do império. O fosso entre católicos e protestantes estava cavado e crescia em extensão e profundidade. A confissão de Augsburg explicitou de forma definitiva, as diferenças com o catolicismo e solidificou de vez a identidade luterano-protestante (CAVALCANTE, 2017, p. 448).

Após a apresentação da Confissão de Augsburg, representantes católicos decidiram revidar a declaração luterana com o *Confutatio Pontificia*, ratificando ao imperador que o documento dos protestantes havia sido definitivamente refutado. Os protestantes, por conseguinte, não aceitaram a derrota que lhes era imposta, e tentaram mais uma investida com a “Apologia da Confissão de Augsburg”, mesmo que não esperassem o sucesso desta incursão, pois Carlos V acabou rejeitando-a (ULRICH; KLUG, 2016). Diante de tal acontecimento, a declaração de fé passou por uma revisão, a fim de angariar concessões do ponto de vista teológico.

Como destaca Lindberg (2017, p.268), “[...] um senso de pânico tomou conta de Melancton e seus colegas quando, a partir de diretivas imperiais, tornou-se claro

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

que Carlos não tinha a intenção de arbitrar entre grupos religiosos conflitantes, mas sim de impor o catolicismo”. Desse modo, a partir do risco iminente que ameaçava o referido reformador, fazia-se necessário remediar alguns pontos da declaração de fé. Como já foi dito anteriormente, houve uma revisão dos escritos dando uma atenção especial ao prefácio e à conclusão – itens importantes para a compreensão daquilo que se propunha a apresentar.

No dizer de Lindberg, (2017, p.269), referindo-se à Confissão de Augsburgo, “[...] o prefácio lembrava Carlos sobre como, no passado, dera repetidas garantias de que não tomaria decisões de fé, mas que trabalharia em favor de um concílio geral”, percebe-se, contudo, que, de forma contraditória, nas dietas anteriores a de 1530, o imperador deliberava as resoluções de forma pragmática, mediante uma justificação religiosa; porém, o que estava em jogo eram as pretensões políticas, mesmo que implícitas nestas decisões. Nesse sentido, torna-se necessário lembrar que o imperador era proveniente da casa dos Habsburgos e, portanto neste contexto, agia em conformidade com os interesses da sua linhagem dinástica.

A suposição de que a alienação crescente entre a Reforma de Wittenberg e a igreja católica era apenas temporária parece fundamentar boa parte do pensamento dos escritores luteranos no período de 1520 a 1541. Parece que a facção evangélica em Wittenberg acreditava que a igreja católica iria realmente se reformar, talvez por meio da convocação de um concílio reformista, em questão de anos, permitindo desse modo que os luteranos voltassem a se unir a uma igreja renovada e reformada. Por isso, a Confissão de Augsburgo (1530), ao estabelecer as linhas principais da crença luterana, é de fato notavelmente conciliatória quanto ao catolicismo (MCGRATH, 2014, p. 172).

Por conta disso, as expectativas se voltaram para a possibilidade da convocação de um concílio geral, o que ocorreu em 1545, na cidade italiana de Trento. De fato, todos compactuavam com este anseio, todavia existia um *modus operandi* a ser

observado, já que as diretrizes propostas para esta assembleia pesariam nas decisões tomadas ora por Carlos V ora pelo próprio papa.

No decorrer desse processo, os protestantes organizaram uma ofensiva contra as resoluções oriundas da dieta de Augsburgo (1530), aparentemente com a finalidade de se defenderem. Contudo, como afirma Lindberg (2017, p.274), “[...] a resposta de Carlos à expansão protestante começou com engajamentos diplomáticos a favor da convocação de um concílio geral, mas seu interesse na unidade da Igreja foi entravado por fatores políticos e pela suspeita de ambos os grupos”.

Vale lembrar que, desde a dieta de Worms (1521), os príncipes germânicos já haviam aderido à causa da Reforma. Por conta disso, todos os súditos que se posicionavam a favor deste movimento religioso sofriam duras sanções, pois, ao se comprometerem com tal questão, abriam mão da liberdade e da dignidade eleitoral. Como foi o caso de João Frederico, príncipe da Saxônia. No dizer de Lindberg (2017, p.269) “Todos os signatários eram governantes e magistrados seculares que arriscavam tudo ao assinar a confissão”. Percebe-se, portanto, que o referido documento serviu de sustentáculo para pretensões religiosas e políticas; as quais, nessa altura da convenção, encontravam-se acirradas.

Os grupos protestantes encontravam-se impulsionados à desunião, principalmente no referente a temas que necessitavam de consenso, como no caso dos príncipes germânicos, que aderiram, preferencialmente, à doutrina luterana. Nesse sentido, a Confissão de Augsburgo (1530) não pode ser interpretada como o único documento do qual emana autoridade para nortear a fé do protestantismo. Por razões simples, havia outras vertentes que não concordavam com as diretrizes de Augsburgo. Por conta disso, surgiram confissões específicas, algumas ligadas às cidades, como no caso da *Confessio Tetrapolitana*, escrita pelo reformador Martin Bucer (1491-1551), que reunia as localidades de Estrasburgo, Costança, Memmingen e Lindau em torno de uma mesma orientação religiosa (MCGRATH, 2014; LINDBERG, 2017).

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Diante do exposto, pergunta-se: a quem interessaria uma reunião conciliatória? Uma possível resposta para esse problema seria à cristandade de maneira geral. Portanto, com base nessa premissa, percebe-se que a Dieta de Augsburgo fracassou no seu propósito de buscar um consenso, uma vez que a declaração de fé, por ela apresentada, foi rejeitada. Mesmo assim, percebem-se mudanças nos aspectos políticos e religiosos que ocorreram depois desta dieta; fatores estes que foram decisivos para o sucesso da Reforma Protestante; pois, como afirmam Gomes e Lages (2017, p. 953) este movimento “[...] tem sua força na declaração de Augsburgo, priorizando a liberdade do sujeito e o acesso à Bíblia”. Consolidam-se, dessa forma, os pressupostos dos impasses entre religião e política, que seguem direcionando as condições reais da relação entre os Estados e as Igrejas.

### Considerações finais

As dietas compreendidas entre 1521 e 1530 vão muito além de um recorte temporal, à medida que, nesse período, ocorreram eventos históricos que repercutiram no desenvolvimento da Reforma Protestante e se projetaram na longa duração. As discussões fomentadas pelas 95 teses (1517) desencadearam uma disputa cercada de interesses políticos e religiosos, que tiveram como contexto inicial as referidas assembleias, cujas propostas ou resoluções implicaram em alterações no cenário da Reforma.

Percebe-se que as referidas resoluções, ora agradavam a ala católica ora permitiam o regozijo dos protestantes; provocando um enredo excessivamente turbulento e, por vezes, contraditório, próprio de um século marcado por incertezas, através do qual tanto a nobreza quanto o povo almejavam garantir condições

favoráveis às suas demandas. Especificamente no caso da nobreza (germânica e papal) que pretendia manter o seu *status quo*, garantido a hegemonia do poder político mutuamente ameaçado.

No entanto, considera-se que a maior ameaça consistia na existência de uma doutrina espiritual introjetada por um monge agostiniano, dentro do seio da própria Igreja católica, constituindo-se numa heresia que colocava em xeque os princípios ortodoxos vigentes. Observa-se, contudo, que os papas deste período temiam tanto o avanço dos reformistas quanto do poder dos príncipes germânicos. Nesse sentido, destaca-se o caso do pontífice Clemente VII, que desejava, categoricamente, a extinção dos protestantes, fossem eles de origem laica ou religiosa.

Considera-se que o propósito originário de Lutero era resgatar o Evangelho, contudo, no decorrer do processo reformador, inúmeros interesses aglutinaram-se aos religiosos, mesmo que, por vezes, fossem excludentes entre si, provocando, irremediavelmente, embates entre alas opositoras, que se revezavam tanto para defender quanto para atacar o movimento religioso ao fluxo de suas pretensões políticas.

Considera-se, ainda, que Carlos V constitui-se na representação mais explícita destes impasses entre religião e política, que se projetou durante o desenvolvimento das dietas; visto que se encontrava envolvido em um emaranhado de pretensões provenientes de lados opostos, condizentes com a natureza da sua posição de soberano do Sacro Império Romano-Germânico.

## Referências

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAVALCANTE, Ronaldo. Reforma Protestante, 500 anos: ensaio de crítica histórica. **Revista Pistis & Praxis**, Curitiba, v. 9, n. 2, maio/ago., pp. 441- 463, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/14447>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DURANT, Will. **História da Civilização**. Tradução Mamede de Souza Freitas. 6ª Parte, A Reforma. São Paulo: Editora Record, 2002.

GOMES, Brunno Ferreira; LAGES, Brayan de Souza. Reforma Protestante: memórias e imaginários. **Revista Unitas**, Vitória-ES, v. 5, n. 2 (especial), pp. 940-956, 2017. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/625>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GONZÁLEZ, Justo L. A era dos Reformadores. *In*: GONZÁLEZ, Justo L. **E até os confins da Terra**: uma história ilustrada do Cristianismo. Tradução de Itamir N. de Sousa, v. 06. São Paulo: Vida Nova, 1995.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Tradução de Elissama Bauleo. 2.ed. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2017.

MARSHALL, Peter. **Reforma Protestante, uma breve introdução**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2017.

MATOS, Alderi Souza de. A Reforma Protestante do século XVI. **Voix Faife: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, Goiânia, v. 3, n. 1, pp. 1-20, [s.i], 2011. Disponível em: <<http://www.faiifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/24>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MCGRATH, Alister Edgar. **O pensamento da Reforma**. Tradução de Jonathan Hack. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

ROPS, Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. Tradução de Emérico da Gama. São Paulo: Editora Quadrante, 1996.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário ilustrado das religiões**. Tradução de Clóvis Bovo. Aparecida-SP, Editora Santuário, 2001.

ULRICH, Claudete Beise; KLUG; João. Felipe Melanchthon (1497-1560): pedagogo da Reforma protestante, patrimônio da educação. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, v. 8, n. 24, pp. 144-170, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30706>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

WILSON, Peter. **Heart of Europe: A History of the Holy Roman Empire**. Harvard: Belknap, 2016.